

-----**ATA NÚMERO 10/2019**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM SETE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E
DEZANOVE.**-----

-----Aos sete dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, Paulo Renato Camacho da Silva Lobo, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Vereador Jorge Miguel do Vale Fernandes, do PSD.-----

---Também estiveram presentes nesta reunião, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Silva, Sandra Machado e João Beja.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo,

declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou o ponto de situação dos parques infantis, nomeadamente, ao nível da segurança e equipamentos, atendendo a que tivera conhecimento de várias queixas sobre os Parques Infantis da Fortaleza do Pico e de Santa Catarina, respetivamente.-----

----- - Acerca desta questão, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, disse tratar-se de um processo que o Executivo tem-se envolvido no sentido de dar as devidas respostas às necessidades do Município. Referiu que “foi feita uma avaliação exaustiva de todos os parques infantis, quer os da responsabilidade da Câmara quer os tutelados pelas empresas municipais, que deu origem a um conjunto de intervenções e à retirada de certos equipamentos ou desativação de alguns parques infantis, de forma a salvaguardar a segurança das crianças que frequentam aqueles espaços. Paralelamente a esta situação, foi também iniciado um Plano de Investimentos dos parques infantis. Informo que o Parque da Fortaleza já está a sofrer intervenção, seguindo-se o da Penteada, estando a ser avaliada as intervenções nos Parques da Ajuda e em Santa Catarina que se esperam ser concretizadas o

mais breve possível atendendo aos prazos legais estabelecidos para os procedimentos de contratação pública”.

----- - Intervindo a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou acerca do Parque Infantil do Deão, ao que o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que fora desativado por falta de condições.

-----Continuando o Vereador da Confiança, João Pedro Vieira, acrescentou: “No que se refere às competências da Câmara e na fiscalização dos mesmos, todos os parques municipais são fiscalizados pela ARAE, sendo que todos os outros são fiscalizados pela Autarquia, tendo, neste sentido, a Câmara oficiado ao Governo Regional no sentido de informar todos os parques infantis que são tutelados pelo Governo Regional ou que dele dependam, não tendo, no entanto, a informação prestada sido conclusiva”.

----- - Tomando, de novo, a palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou a quem competia a fiscalização dos equipamentos, tendo o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, esclarecido que a ARAE terá competências para fiscalizar os parques que estão sob alçada da Câmara.

----- - Em relação a esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, por sua vez, referiu: “A Lei é nacional e atribui às Autarquias a competência de fiscalizar todos os parques infantis, na sua circunscrição territorial, com exceção dos que são seus e neste caso da Câmara do Funchal e Juntas de Freguesia, cuja responsabilidade de fiscalização é da ARAE. Aconteceu uma

situação com uma fiscalização muito imediata por parte da ARAE com algum excesso de zelo, tendo sido aplicadas multas quando deveria haver uma atitude pedagógica, atitude esta que não tem sido tomada pela Câmara em relação aos parques infantis sob tutela do Governo Regional, como é o caso do Parque do Jardim de Santa Luzia que não se pode comparar com o do Parque de Santa Catarina, tendo o Tribunal Administrativo dado razão à Autarquia comutando a multa para uma advertência, o que demonstra o exagero da atuação da ARAE. Reforço ainda, o já referido anteriormente, que o Parque Infantil da Fortaleza e do Mercado estão a ser intervencionados estando a ser preparada a intervenção a mais dois Parques”.

----- - Intervindo, novamente, e relativamente ao Parque Infantil da Penteada e por ser recente, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou o tipo de intervenção, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que a intervenção a decorrer estava relacionado com o pavimento, tendo o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, acrescentado que estavam também a ser colocadas informações e recomendações relativas às questões de segurança.--

----- - Tomando a palavra, e ainda sobre esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que “para tornar os parques infantis em conformidade com a Lei exige um investimento superior a um milhão de euros, processo este que já foi iniciado”.--

----- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, disse: “O Parque Infantil de São Martinho também é recente e foi construído

no âmbito do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia, sendo que a lei veio clarificar e exigir alguns aspetos que não estaria relacionado com a segurança em si ou com o estado dos equipamentos, mas com questões de informação. Nem todas as situações são iguais e no Parque Infantil do Parque de Santa Catarina, o investimento previsto rondará os 400 mil euros, já que se trata de um dos parques mais frequentados e com equipamentos diferenciados para várias idades, dos mais novos aos mais velhos”.

----- - Relativamente a esta questão, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, referiu que “quando esta lei foi aprovada estava em funções na Autarquia e a mesma poderá ser exagerada como é o caso da indicação de uma pessoa formada em Gestão de Desporto em cada Parque, ser inexecutável”.

----- - Intervindo, novamente, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que o seguro de responsabilidade civil da Autarquia cobria todos os espaços públicos incluindo os parques infantis, no entanto esta lei obrigava a um seguro próprio.

-----Retomando a palavra, o Vereador do PSD, Elias Gouveia, questionou o ponto de situação da “Cidade da Criança”.

----- - Usando da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu que, de momento, o Parque Infantil do Parque de Santa Catarina era prioritário por se encontrar na entrada da cidade.

----- - Relativamente a esta questão, a Vereadora Idalina

Perestrelo, da Confiança, acrescentou que “quanto ao Lido está a ser analisada uma parceria entre a Câmara, a Frente MarFunchal e entidades privadas”.-----

----- - Intervindo e relativamente ao projeto “Música nos Museus”, a Vereadora do PSD, Joana Silva, disse que, na sexta-feira passada, tentou assistir ao concerto no Museu Henrique e Francisco Franco mas não lhe fora permitida a entrada porque seria necessário bilhete, questionando qual o procedimento, uma vez que as entradas serão gratuitas, tendo a Vereadora Rubina Leal, por sua vez, acrescentado que tinha sido aprovada uma deliberação para isenção da entrada nos Museus.-----

----- - Em relação a esta matéria o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, esclareceu: “Uma coisa é a isenção da entrada para visita do espólio do Museu e outra são os eventos que possam ocorrer de forma esporádica e momentânea nestes espaços. Esta iniciativa é gratuita, mas carece da aquisição de um bilhete gratuito de forma a controlar o número de pessoas no espaço, para não exceder o limite máximo de capacidade das salas. Os bilhetes podem ser adquiridos nos Museus ou ainda no Teatro, acontecendo porém que muitas pessoas adquiriram com antecedência bilhetes para todas as sessões”.-----

----- - Intervindo a Vereadora Rubina Leal, do PSD, ripostou afirmando que foi anunciado que a entrada nos Museus seria gratuita, mas quando os guias chegam aos Museus deparam-se com uma situação contrária, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo,

da Confiança, informou que o único que continuava a ser pago à entrada, era o Museu de História Natural.-----

----- - Por sua vez, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, reforçou: "Assim aconteceu porque a candidatura para a requalificação do espaço exigia receitas próprias e aquele Museu não foi englobado na deliberação das isenções das entradas pelo que a isenção contemplam os Museus do Açúcar e Henrique e Francisco Franco".-----

----- - Usando novamente da palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, e relativamente à frota de recolha seletiva, disse que foram apresentadas novas viaturas, questionando qual a estimativa do aumento desta frota para o corrente ano, já que no ano passado e também neste ano, teriam sido adjudicados, a uma empresa privada, o transporte de resíduos.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, referiu que "as viaturas para este tipo de transporte são insuficientes e antigas pelo que ainda é necessário recorrer a uma empresa privada para proceder ao transporte de resíduos para a Estação da Meia Serra, reforçando, no entanto o investimento que tem vindo a ser efetuado nesta frota. Ainda no decorrer deste mês chegarão mais duas viaturas para reforço, e continuará a ser feito investimento para que no futuro não seja necessário recorrer a este tipo de transporte externamente".-----

-----Retomando a palavra, o Vereador do PSD, Elias Gouveia, fez uma chamada de atenção para o facto de no dia anterior, a recolha

do vidro das ilhas ecológicas, na Zona Velha, ter sido efetuada por volta das 01:00h, o que provocou algum barulho.-----

----- - A este propósito, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, informou que seria estudada uma alteração no horário do circuito, acrescentando, no entanto, que no caso de ser efetuada mais cedo, os proprietários dos restaurantes irão reclamar.-----

-----Prosseguindo, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, questionou se o horário do estabelecimento “Old Town” teria sido alterado, uma vez que havia sido reduzido o horário de funcionamento, mas continuava em funcionamento até às duas horas da madrugada (02:00h).-----

----- - Sobre esta questão, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que o horário teria sido reduzido e não fora alterado desde então, sendo essa fiscalização efetuada pela PSP. Disse que não tivera conhecimento de nenhuma reclamação, nem fora rececionado nenhum auto por parte da Policia, mas que mandaria averiguar junto dos serviços respetivos.-----

-----Seguidamente, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, questionou o ponto de situação do projeto para o Largo do Município, tendo para o efeito solicitado acesso ao mesmo e ao parecer da Direção Regional de Cultura.-----

----- - Intervindo e sobre esta matéria, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou que “o Arquiteto Gonçalo Byrne entregou recentemente o estudo prévio que foi enviado para a DRC e neste

âmbito, será feita a consulta a várias entidades e só após esta fase se avançará para o projeto final. Também foi solicitado um estudo de mobiliário urbano para o triângulo em frente ao Museu, onde antigamente as motas estacionavam e aguardamos brevemente o parecer da DRC para concluir o projeto base e, nessa altura, tomarei a iniciativa de mostrar o projeto a toda a vereação e creio poder fazê-lo nas próximas cinco ou seis semanas. Esta intervenção não irá alterar a face da Praça e pretende-se resolver três questões em concreto: a entrada para o Museu, devido à diferença de cotas existentes, o triângulo já referido e a relação entre o “Leque” e a escadaria. Não se pretende colocar esplanadas na Praça, nem tão pouco uma ocupação na Praça diferente da existente hoje.”-----

----- - A este propósito, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se o trânsito seria ou não encerrado, ao que o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou que “será encerrado o trânsito em geral, continuando a existir um corredor, por questões de segurança, para veículos de emergência e para carga e descarga e alguns lugares previstos para algumas situações específicas”.-----

-----Continuando, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou a situação do trânsito na Rua Padre Gonçalves da Câmara, ao que o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou: “Aquela via será encerrada ao trânsito, à semelhança de outras, com circulação condicionada durante o dia e aberto entre as 22h e as 10:00h, com a possibilidade dos cafés existentes poderem vir a ter esplanadas”.-

-----Retomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, perguntou se o referido estudo prévio era aquele que custara sessenta e quatro (64) milhões, ao que o Vereador Bruno Martins, da Confiança, referiu que “o projeto rondará esse valor contemplando o estudo prévio, o projeto de arquitetura, a execução da obra e também a nível de consultadoria”.-----

-----De seguida a Vereadora do PSD, Rubina Leal, voltou a referir que o Arquiteto Paulo David já havia elaborado um projeto para esta Praça, ao que o Vereador Bruno Martins, da Confiança, esclareceu que o projeto feito pelo Arquiteto Paulo David não fora para a Praça mas sim para a Rua Padre Gonçalves da Câmara.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, e a propósito de uma notícia sobre a criação de um hostel no Parque Ecológico, questionou o que o Executivo pretendia para aquele local.-----

----- - Sobre esta questão, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, referiu: “As casas de madeira existentes no Parque Ecológico foram alvo de um concurso público para a sua concessão mas o concurso ficou deserto, sendo a ideia a de concessionar estas quatro casas para alojamento com possibilidade de construir mais casas semelhantes às existentes, respeitando as áreas envolventes e com uma casa de chá. Neste momento, estão a ser estudadas outras possibilidades e a introdução de um barracão, num novo procedimento”.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Vereadora Ana Cristina

Santos, do CDS/PP, e relativamente ao problema de habitação na cidade e à grande lista de espera para habitação social, propôs que fosse iniciado um diálogo entre a Autarquia e o Governo Regional, no sentido de serem encontradas soluções no financiamento para as novas habitações sociais. Disse que “em 2017, foi informado que o Instituto de Habitação e o IHRU outorgou um crédito e foi realizado um protocolo com o IHM para financiamento mas não existe qualquer informação sobre esta situação, pelo que se propõe este diálogo entre a Câmara e o Governo Regional também para aferir o ponto de situação desta questão e como solução para o problema das habitações sociais. Louvo o trabalho de ontem, na Sessão de Assembleia Municipal, em que todos os grupos municipais com assento na Assembleia estiveram de acordo na questão da criação da comissão para o estudo da atualização das rendas sociais permitindo assim que estejamos mais perto dos cidadãos na questão da resolução destas questões”.

----- - Usando da palavra e relacionado com esta questão, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, reforçou: “Que fique bem claro que a atualização das rendas decorre da lei e nenhuma comissão pode ingerir-se nessa questão. A SocioHabitaFunchal não está a aplicar a renda social porque esta fica mais elevada e difícil de comportar para as famílias do que a renda mínima que está a ser aplicada resultante do valor do salário mínimo. Ainda ontem fomos apelidados de autoritários, quando nestas situações existe sempre acordo com as famílias no pagamento de uma renda que

conseguem suportar, e o que se pretende é que o que está estipulado ao rendimento das famílias seja cumprido. O próprio Tribunal de Contas obriga ao cumprimento da lei e ao pagamento das rendas, sendo louvável as ações que a SocioHabitaFunchal tomou, em recuperar os valores que estavam em atraso. Ao criar-se esta Comissão, parece que a SocioHabitaFunchal não tem “coração” e que não dialoga com as pessoas, não sendo esta a verdade. A SocioHabitaFunchal fala com as pessoas, reúne com elas, com conhecimento profundo, por parte das assistentes sociais, de todos os casos e os planos de pagamento estabelecidos têm a concordância de ambas as partes e são feitos de acordo com os rendimentos das famílias, estando entre 30% a 40% abaixo daquilo que deveriam ser os valores das rendas. É importante que escutem as pessoas mas que percebam que a SocioHabitaFunchal está não só a cumprir a lei mas também a fazê-lo com uma grande atenção social”.

----- - Intervindo a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, referiu que a Comissão poderia ajudar na questão dos incumprimentos e explicar às pessoas o que poderá acontecer caso haja desobediência, ao que a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, acrescentou que essa informação já seria prestada pelos juristas que desempenham funções na SocioHabitaFunchal.-

----- - Tomando a palavra, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, apresentou um balanço do ano transato relativo ao atendimento efetuado pela Loja do Múncipe, referindo ser este “um serviço que

está certificado pelo Sistema de Gestão da Qualidade, com base na norma ISO 9001:2015 e que registou no último ano 42690 atendimentos, ao que se acresce mais 4500 atendimentos, no Balcão do Investidor. Os motivos que mais levam as pessoas a procurar a Loja do Município são os programas de apoio social, nomeadamente apoio à natalidade, apoio aos medicamentos, apoio aos manuais escolares, apoio ao arrendamento, entre outros. Os assuntos relacionados com as águas surgem logo a seguir e para este número, contribuíram todos os programas de apoio social que foram criados, salientando o bom trabalho efetuado pelos colaboradores da Loja do Município e pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, pela Divisão de Atendimento e Administração, porque receber este número de munícipes e manter o nível de qualidade que a certificação exige é de louvar e podemos orgulhar deste serviço”.

----- - Intervindo a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse ter sido referido que, em segundo lugar, as questões das águas eram as mais solicitadas, questionando em que sentido, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que estava relacionado com o nível do pagamentos das faturas.

----- - A Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, por sua vez, questionou se não seria possível efetuar o pagamento através de multibanco, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que “é possível o pagamento por multibanco, por débito direto, nos CTT e na Loja do Cidadão, e embora já tenham sido feitas várias

campanhas de adesão à fatura eletrónica e ao débito direto, as pessoas, principalmente as de mais idade, dificilmente mudam de hábitos e gostam de fazer os pagamentos presencialmente no balcão”.

-----Prosseguindo na sua intervenção, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, alertou para o facto de muitas vezes as faturas chegarem no limite e após o prazo de pagamento, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que estava sendo estudada uma outra alternativa para entrega das faturas que não através dos CTT, atendendo a que o atraso na entrega devia-se aqueles serviços e não por parte da Autarquia. “Neste sentido, foi criado o conceito do Bom Pagador, em que todas as pessoas que têm os últimos 12 meses em dia, caso aconteça uma fatura que não seja paga, é comunicado ao consumidor e a fatura não passa para execução fiscal, salvaguardando os clientes”, acrescentou.

----- - Ainda sobre a Loja do Município, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse que o número de atendimento é considerável mas o que importava saber era o tempo médio de espera dos munícipes e o grau de satisfação dos mesmos relativamente aquele serviço.

----- - Respondendo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que “no que concerne ao atendimento, o tempo médio de espera foi de dezasseis minutos, sendo que nos assuntos de urbanismo foi de onze minutos, e para os pagamentos, cinco minutos. A Loja do Município tem um livro de elogios sendo estes superiores às reclamações, o que só demonstra a qualidade do serviço

prestado”-----

----- - A este propósito, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, mencionou um relato de uma munícipe atendida na Loja do Munícipe por um colaborador portador de deficiência, que veio demonstrar a sua satisfação pelo atendimento ter sido rápido e eficaz.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – ECONOMIA E FINANÇAS:-----

----- - **Mapa resumo de fluxos de caixa relativo ao exercício económico de 2018 – Ratificação de despacho:** - Foi ratificado,

por unanimidade, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, Miguel Gouveia, datado de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezanove, que aprovou a deliberação que abaixo se transcreve:-----

---“O mapa de fluxos de caixa contempla os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando diretamente associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais. No mapa são demonstrados também os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados em conformidade com a sua proveniência da execução orçamental e de operações de tesouraria. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea i) do n.º 1, do artigo 33, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do mapa resumo de fluxos de caixa relativo ao exercício económico de

2018”-----

2 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO: - A Câmara deliberou, em função da informação do Departamento de Ambiente (ref^a. 0212/DA/SEP/2019), aprovar, por unanimidade, o pagamento da importância de € 266,57 (duzentos e sessenta e seis euros e cinquenta e sete centimos), a Susana Isabel Fernandes Rodrigues, pelos danos causados na viatura Peugeot 206 (matrícula 74-00-RB), na sequência do embate de um contentor de 1.100L, que deslizou do elevador da viatura de recolha de resíduos, à Rua das Cruzes, freguesia de São Pedro.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, deu por encerrada a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 110/2019, publicada nos locais de estilo.